

a universidade e o desenvolvimento

EVARISTO DE MORAES FILHO | Professor do

"Não é que se esteja atrasado porque há discussões ideológicas, como alguns parecem crer, mas, pelo contrário, há discussões ideológicas, porque se está atrasado e se procura o meio mais adequado para sair dessa situação."

Angel Latorre, *Universidad y Sociedad*, Barcelona, 1964, pág. 17.

Muitos foram os critérios econômicos e sociais sugeridos pela doutrina, ao longo destes últimos trinta anos, como capazes de caracterizar o estado de subdesenvolvimento de uma nação. Renda per capita baixa; excesso de mão-de-obra no setor primário, com baixa produtividade; taxa elevada de mortalidade infantil; baixo consumo de proteínas; baixo consumo de energia e de combustível, e assim por diante, numa primária demonstração de critérios empíricos, meramente comparativos, numa linha evolutiva unilinear, com os países mais desenvolvidos. Um, porém, tem sido esquecido: o da universidade.

Em verdade, o estado de subdesenvolvimento importa e implica todos os aspectos da estrutura e da organização social. Nenhuma manifestação da vida social fica de fora, num todo funcional que envolve desde a infra-estrutura econômica, passando pela estratificação social, e atingindo as instituições em conjunto, em seus valores, símbolos e aspirações. Já estão superados aqueles critérios estritamente econômicos e estáticos, nominalistas, que extraem da realidade e do contexto social simples índices quantitativos, que nada mais são do que sintomas visíveis — quase que a olho nu — de uma determinada forma de vida global.

O nome de Abraham Lincoln não se encontra na conhecida e numerosa obra de W.W. Rostow, *The Stages of Economic Growth*, de 1960. Segundo o autor, o arranço para o desenvolvimento americano deu-se nos anos 1843-1860, com o desenvolvimento ferroviário e fabril, e com o grande afluxo de capitais estrangeiros. Com a Guerra da Secessão, iniciou-se o avanço da indústria pesada no Norte e no Oeste. Pois bem, é desta mesma época (1862) a lei de Lincoln, *land-grant* (*Morril Act*), que, inspirando-se nas experiências anteriores dos Estados de Michigan, Pensilvânia e Iowa, distribuiu as terras públicas, a fim de que ali fossem instalados estabelecimentos de ensino e universidades para o desenvolvimento da agricultura e das artes mecânicas.

Data daí o crescente papel que a universidade vem desempenhando na sociedade americana. Em livro recente, *The Uses of the University*, de 1963, escreve o economista Clark Kerr, Presidente da Universidade da Califórnia, a respeito daquele ato legislativo: "Foi em 1862 que Abraham Lincoln assinou o *Morril Act*. Esta lei determinou na quase totalidade do tempo, no curso dos cem anos que se seguiram, os eixos do desenvolvimento das universidades americanas, públicas ou privadas. É um dos mais fecundos dentre os textos legislativos que foram promulgados até hoje. O movimento do *land grant* constituiu uma resposta ao rápido desenvolvimento da indústria e da agricultura dos Estados Unidos, desenvolvimento que assumiu toda sua amplitude nos meados do último século. As universidades deviam contribuir para esse desenvolvimento com uma formação que não se limita a fazer *gentlemen*, professores, predicadores, homens da lei e médicos; com uma pesquisa ligada ao progresso técnico que se desenvolvia na agricultura e na indústria, colocando-se a serviço de certos setores, à frente dos quais, o econômico e o político. O movimento do *land grant* correspondia também à tendência democrática, igualitária e mesmo antiaristocrática que se desenvolvia na nação. Segundo esta tendência, o ensino superior devia ser aberto a todos os jovens capazes, qualquer que fosse sua origem social. Não devia mais se contentar em perpetuar uma elite, mas trabalhar para criar uma sociedade na qual as distinções de classes tendam a se atenuar, e na qual a educação possa abrir todas as portas do êxito".

Quer dizer: deixava a universidade de ser alienada, ausente dos problemas e dos anseios de sua época; passava a ser agência ativa e dinâmica da mudança social que se processava fora dos seus muros; de caudatária, tomava a dianteira do processo de transformação da sociedade americana. Vale a pena a transcrição do tópico seguinte do livro de Kerr, pela lição que encerra para alguns acomodados e românticos homens que têm passado pelo governo deste País: "O movimento rompia de modo espetacular com as velhas tradições americanas no domínio do ensino superior. Criava uma força social nova, desconhecida da história anterior. Jamais até então, em nenhuma parte do mundo, as universidades haviam sido tão estreitamente associadas à vida cotidiana de setores tão extensos da sociedade. O *campus* universitário transformou-se pouco a pouco numa praça, uma das mais freqüentadas da América, em que passavam agricultores, homens de negócios,

políticos, estudantes vindos de todos os cantos e de todos os estados. A universidade abria-se largamente a todos os candidatos capazes; era o fim do claustro e da torre de marfim".

Este trecho exemplar dá bem a medida do atraso brasileiro, e com a distância de um século, quando ainda hoje se ouve gente defendendo a tese elitista da universidade, para poucos, seletiva econômica e socialmente, com limitação de vagas, sem verbas, de portas fechadas e de costas voltadas para a realidade social. Não pode haver efetivo e concreto desenvolvimento político-social sem a participação ativa da universidade, colocada no centro mesmo da mudança social, como processo dinâmico primordial. O mundo dos jovens traz consigo o descompromisso de quem se deve preparar para ingressar nos cargos de mando, nas funções e nas ocupações profissionais da sociedade, quanto mais não seja por uma determinante biológica, que delimita a extensão das possibilidades do ser humano e da sua própria vida. Por isso mesmo, a despeito da sua inequívoca heterogeneidade, não há como negar que os estudantes como que passaram a constituir uma nova classe, no sentido de uma tomada de consciência, ampla e profunda, do seu papel na história. Em qualquer parte do mundo constata-se esta rebelião das massas estudantis, esta ascensão do seu poder e do seu protesto, num movimento, igualmente crescente, de acesso e de conquista por um *status* e de permanente presença nos momentos e nos campos de decisão.

A explosão demográfica não é só brasileira. Nos países desenvolvidos ou nos subdesenvolvidos ela se faz sentir dramaticamente, forçando as estreitas portas da universidade. Em novembro de 1963, o então ministro francês da Educação nacional, Christian Fouchet, nomeou uma comissão constituída por dezoito personalidades da Universidade e da economia. Entre as tarefas que lhe foi confiada destaca-se a de elaborar uma reforma do ensino superior e propor soluções, tendo em vista a extensão da sua missão e as modalidades do seu acesso, "porque a todos parece impossível de agora em diante retardar uma verdadeira revolução da Universidade, uma modernização profunda de suas estruturas e de seus métodos, que lhe permitam adaptar-se à evolução social, econômica e cultural da França". Enfrentou a comissão o que denominou "a passagem para o ensino de massa, pelo avanço sobre a universidade da vaga demográfica". Outubro de 1964 representou o momento decisivo, com a chegada aos bancos universitários de jovens de 18 anos, nascidos em 1946, ano no qual a curva de nascimentos atingiu um salto prodigioso, de cerca de 200 000 mais do que no ano precedente. De 300 000 estudantes em fins de 1963, esperase um montante de mais de 500 000 estudantes em 1970. Contudo, isso ainda não preenche as necessidades francesas de engenheiros, de médicos, de tecnólogos e de cientistas. Em junho de 1963 o total de seus estudantes universitários representava 0,6% da sua população, contra 1,3% dos Estados Unidos e 1,4% da União Soviética.

Por sua vez, o célebre relatório de Lorde Robbins, na Inglaterra, de 1963, estimava que, até 1980, o número de estudantes naquele país deverá passar de 560 000, o que obrigará a duplicar o número de universidades então existentes. Em livro posterior — *The University in the Modern World* —, escreve Lorde Robbins que dois são os fatores que levaram à transformação da universidade, trazendo-a para o centro mesmo da sociedade: a pressão do número, devido à explosão populacional, que se verifica por toda parte; e a mudança de atitudes, de índole qualitativa, com radical mudança nas concepções de obtenção de uma educação superior, e conclui: "A máxima *la carrière ouverte aux talents* tornou-se um princípio dominante da política". As despesas governamentais destinadas à educação superior deverão sofrer um aumento de 260%, passando de 206 milhões em 1962/63 para 742 milhões de libras em 1980/81.

Nos Estados Unidos, como é notório, as coisas não se passam de modo diverso. Em *The University and the New World*, de 1962, no qual estão reunidas três conferências pronunciadas na Universidade de York, canadense, por Howard Mumford Jones, David Riesman e Robert Ulich, não encontrou o primeiro deles melhor título para mais de um dos seus capítulos do que *numerosidade*. Advém ela, segundo aquele professor, de vários fatores, sendo o principal deles, como é óbvio, a própria pressão populacional da nação que, de 92 milhões de habitantes em 1910, passou para mais de 180 milhões em 1962. Espantosos, no entanto, são os dados do crescimento universitário, em números absolutos, cujas diferenças, notadamente entre as primeiras datas de referência, são surpreendentes: cerca de 50 000

envolvimento político e social

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

estudantes acadêmicos em 1910; 2 milhões em 1951 e de 3 a 4 milhões em 1962. Depois desta última data, com o aceleração dos programas de defesa nacional e da política espacial, também com ela implicada, maiores foram as inversões governamentais nas universidades, para projetos específicos de pesquisas, que demandavam novas edificações, novas salas de aula, novos equipamentos, novos professores e pesquisadores.

Não foram suficientes as experiências largamente difundidas durante a Segunda Guerra Mundial, dos centros de pesquisas financiados pelo Governo. Em junho de 1962, escrevia Don K. Price que, nas mãos de Vannevar Bush, de James B. Conant ou de Karl T. Compton, os contratos das universidades com o Governo inauguraram um novo tipo de federalismo nos Estados Unidos. Além da revolução industrial, já processada no período anterior, necessitava-se promover agora a revolução científica com apoio na universidade. Já em 1960, o ensino superior recebia do Governo federal cerca de 1 bilhão e meio de dólares, verba esta que foi substancialmente aumentada. Esclarece Clark Kerr: "Além da Alemanha, a Rússia já estava para estimular a energia. Antes e depois dos Sputniks, as realizações científicas russas constituíram um agulhão muito vigoroso para esta nova orientação. As subvenções federais de pesquisa produziram nas universidades americanas transformações profundas".

Enquanto isso, que se passa entre nós? Fala-se muito em explosão demográfica, mas somente quando se pretende impedi-la ou limitá-la com expedientes anticoncepcionais nem sempre ética ou biologicamente recomendáveis. Fala-se muito dela como fator permanente de freio no processo de crescimento econômico, pelo esvaziamento que acarreta no índice de renda per capita. Mas se silencia ou dela pouco se fala quando estão em jogo as necessidades educacionais do país, com verbas reduzidas, proporcionalmente a outros setores nacionais e a outras despesas governamentais. Mas se silencia ou dela pouco se fala quando surge anualmente o problema dos excedentes, que prestam exames vestibulares, são aprovados, mas esbarram no paredão do limitado número de vagas, que se mantém as mesmas há alguns anos ou são reduzidas.

Para o desenvolvimento político e social deste País é preciso que se abram oportunidades de ensino superior a toda a população, e não somente aqueles que dispõem de maiores rendas para esperar um ou dois anos entre o colegial e a universidade, matriculados em cursos especializados de vestibulares. A pesquisa, há pouco publicada — **Caracterização sócio-econômica do estudante universitário** —, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (MEC), mostrou que menos da metade dos primeiranistas ingressou no ensino superior no ano subsequente ao termo da escola média, com intervalo de um a três anos. O período entre a diplomação no nível colegial e a matrícula na primeira série universitária pode-se estender a 13 ou mais anos dando, como resultado, a média aritmética de 20,99 anos e um desvio padrão de 3,61. Coube a Niterói a maior percentagem de estudantes que não ingressaram na faculdade imediatamente após a conclusão do colegial. No Rio, a média aritmética de idade dos primeiranistas oscila entre 19,12 na Engenharia, da PUC, e 27,77, na Faculdade de Direito Cândido Mendes. Na UFRJ, as médias aritméticas mais baixas (19,56 e 19,79) pertencem, respectivamente, às escolas de Química e de Engenharia, sendo as mais altas as de Música e de Educação Física, respectivamente, com 25,75 e 23,76. As outras oscilam entre 20,46 (Arquitetura) e 22,78 (Filosofia), dando, todas elas, um total de média aritmética de 21,57, ou seja, um desvio padrão de 4,70. Atrás-se, assim, a formação profissional da juventude, retardando-se a sua diplomação, isto é, o seu ingresso, como mão-de-obra qualificada e especializada, no mercado de trabalho nacional. Já também um dos aspectos seletivos e negativos do ensino superior entre nós, que se prende, é bem verdade, aos vícios e insuficiências do grau médio. Pelo despreparo ali recebido, vêm-se os estudantes obrigados a frequentar cursos intermediários para os vestibulares, pesando sobretudo nos orçamentos familiares por mais um, dois ou três anos. "Acrece a isso — afirma-se, com razão, na pesquisa — a mensalidade cobrada nos cursos vestibulares, o que aumenta o problema. Pode-se dizer, então, que o retardamento no início do ensino superior contribui para o agravamento do privilégio econômico da clientela universitária".

Com verbas insuficientes, cortes de verbas já aprovadas, atraso na entrega das quotas, não pode a Univer-

sidade — e aludo especialmente à do Rio de Janeiro — ampliar suas instalações, seus equipamentos, suas pesquisas, suas bibliotecas, seus serviços, enfim; nem acolher o regime de tempo integral para quem o requeira. Ademais, exercê-lo onde, se não há salas de aula bastantes nem gabinetes para professores e alunos? O custo aluno-ano, mormente nas carreiras técnicas e científicas — com laboratórios, material técnico e de pesquisa — é imenso, segundo dados periodicamente publicados. Contudo, por esta ou aquela razão, não socorre a Universidade brasileira os que dela necessitam. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: o subdesenvolvimento impede a manutenção de uma universidade produtiva e eficaz; a ausência ou insuficiência desta, mantém o País no subdesenvolvimento. Fazendo uma comparação entre as universidades americanas inglesas e alemãs, no que ele chamava de "idéia da universidade moderna", mostrava Abraham Flexner, em 1930, que a universidade não se encontra no exterior e sim no interior do sistema social de determinada época. Não é uma realidade à parte — prosseguia —, modelada pela história, que devesse ceder o mínimo possível às forças novas. Pelo contrário, é uma expressão do tempo e influência que se exerce sobre o presente e sobre o futuro.

No censo mandado proceder pelo Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, no ano de 1965, acusou essa universidade um total de 10 331 alunos. Destes, foram entrevistados e preencheram questionários 5 620, apesar das dificuldades inerentes a tal tipo de pesquisas. A margem de extrapolação de erro manteve-se abaixo de 3%, com maior resistência das escolas de Belas-Artes e de Música. Os resultados do censo coincidem com os do INEP, do mesmo ano, sendo que o do ICS foi mais amplo, específico para a UFRJ e para todos os anos letivos, enquanto aquele se restringia aos primeiranistas.

Numa análise ligeira dos dados colhidos entre os alunos, verificaram-se — ou melhor, confirmaram-se — as suspeitas que andam no ar e que constituem verdadeiro lugar-comum: 75,5% do sexo masculino, 25,8%, do feminino; 45,5% residentes na zona sul da cidade; 35,5% na zona norte; e o restante pelas demais zonas da Cidade e no Estado do Rio, que alcançou 5,2%. Estes dados — de maior concentração nas chamadas classes médias e de clientela do sexo masculino — são confirmados pelo grau de educação do pai: 32,2% possuíam curso universitário completo; 10,2%, ginásio completo; 15,7%, apenas o primário completo e 10,8%, primário incompleto (incluindo-se aí os analfabetos). A escolaridade da mãe revelou-se inferior. Divididos em 6 escalas ocupacionais, não atingiam nem 9% aqueles cujos pais exerceram ocupações manuais semi-especializadas ou não especializadas (a mais baixa, de n.º 6). Revela-se aqui então a confirmação das pesquisas que foram feitas na França e na Inglaterra nestes últimos anos. Mantém-se insignificante a mobilidade vertical, com fraca capilaridade social. Floud e Halsey, na Inglaterra; Girard, na França, chegaram à conclusão que ainda se dá, apesar do regime de democracia política, o que o último chama de homossocialidade, isto é, a tendência de os filhos virem a exercer profissões semelhantes ou análogas às dos pais.

Clientela predominante das classes médias, a grande maioria dos alunos da UFRJ (75,3%) não possuía condução própria; sendo igualmente de 45,4% os que faziam a sua refeição de almoço nas escolas.

Assim, concluindo, o papel da universidade deve ser prospectivo, para o futuro, livrando-se da rotina e do conservantismo, integrando-se nos problemas deste tempo presente, participando corajosamente da vida social e da sua problemática, transmitindo cultura, mas inovando e criando através da pesquisa. O subdesenvolvimento nacional e o da universidade são cara e coroa da mesma moeda, e enquanto não se alterar a estrutura desta — com investimentos sérios, reais e a longo prazo — haverá sempre frustração de seus corpos docente, discente e de toda a nação. A manutenção do status quo é que já se tornou impossível e inútil, significando estagnação e auto-eliminação nacional. Mostra Angel Latorre que a atitude pragmática, meramente do dia-a-dia, é ideologicamente conservadora; ideologia essa que pode se encontrar mascarada ou inconsciente, com um disfarce de eficácia prática ou de objetividade científica. Há necessidade, para a análise das instituições e para o projeto de reforma, de um conjunto de idéias e de doutrinas. E qual pode ser a ideologia da universidade num país subdesenvolvido? Servir à sociedade, construindo e desenvolvendo a nação, ajudando-a a sair do subdesenvolvimento. Façamos, pois, a revolução universitária, antes que os alunos a façam.

Propõem a realizar, usufruindo o benefício de um